

O mapa do desvio

Em apenas 15 anos, no ciclo 1965/80, o Brasil saltou gloriosamente do 4º para o 8º PIB do mundo. Foi a economia nacional que mais cresceu no planeta das possibilidades impossíveis, emplacando no período a média de 7,1% ao ano, com picos de até 14%, como aconteceu em 1973, clímax do «milagre». O estudo de economia comparada é do Banco Mundial. Com uma revolução lateral, pinçada das tabelas do professor Simon Kuznets: em 1950, o produto brasileiro era 30,3 vezes menor que o PIB dos Estados Unidos. Em 1980, ao fim da maratona de 30 anos, nosso PIB já era apenas 10,6 vezes menor que o produto americano. Muito milagre para pouco santo. O Brasil cresceu acelerado sem entrar no mérito da qualidade e da destinação do crescimento porque não vacilou em servir-se de uma impunidade política. A execução ao pé da letra da arte de fazer as obras sem pagar as contas.

De que maneira? Apelando para a poupança alheia (dívida externa), e para a poupança falsa (inflação interna). Então, dopado pela maior dívida do mundo e drogado pela maior inflação do mundo (na média ponderada do longo ciclo), o Brasil foi o País que mais cresceu no mundo.

O modelo bucaneiro do navegar de costas para o objetivo foi para o naufrágio exatamente quando teve suas contas cobradas. Lá fora, pelos banqueiros desalmados, que deram de disparar sobre o herói desavisado a carga de juros reais mais obscena da história. Aqui dentro, pela sociedade bucha de canhão, então traumatizada pela inflação dos três dígitos. Cobrado nas contas, o Brasil do pau-namáquina teve de desativar as obras. De 1980 a 1984, a economia cresceu de apenas 5,7%, no acumulado do governo Figueiredo, ao tempo em que a população brasileira inchava de 17%, com quebra de 9% na renda real por habitante. E o pior, com a cocaína da dívida externa saltando o US\$ 49 bilhões para US\$ 102 bilhões e com a heroína da inflação interna pulando de 43% para 234% ao ano.

Résultado: o modelo tupiniquim do «quem não deve, não tem» faleceu em 1981, foi esquartejado, em 1982, (pela crise cambial), apodreceu em 1983 (ao relento da «estafgação») e foi enterrado, em esquife de segunda classe, junto com o regime político siames, em 15 de março de 1985.

A necroscopia do falecido modelo acaba de ser utilizada pelo ministro João Sayad para a exposição de motivos do primeiro projeto de programação econômica da Nova República, o IPDN 1986/89. O ministro coloca na reflexão

cívica dos brasileiros o seguinte recado: o Brasil deve recolocar o projeto nacional no exato calibre do recurso existente. O recurso será suficiente para a retomada do crescimento auto-sustentado se o regime político, em processo de remissão coletiva, cuidar de melhorar a qualidade do projeto nacional. Até aqui o projeto está mal priorizado, mal elaborado, mal executado e não fiscalizado ou cobrado. O vazamento acaba arrolhado pela elevação de impostos.

Pior que o recurso escasso é desperdício do recurso escasso, sob o tapete mágico dos orçamentos idem. Essa reforma contábil, mais moral que contábil, começa, necessariamente, pela nova política orçamentária, versão 1986, a política do déficit explícito. Com a ilusão das contas fiscais e monetárias na mesma lei de meios, a sociedade terá como controlar as contas, os planos e as metas do setor público. Por tabela, poderá qualificar a seleção e a execução dos projetos nacionais.

O ministro João Sayad desaperta a gravata. Não dá para retemperar a vida de 135 milhões de brasileiros de um ano para o outro. Mas a correção do rumo é o que realmente importa nesta altura, do brejo nacional. A retomada do crescimento econômico a um ritmo razoável de 5 a 6% ao ano, taxa mínima para um Brasil ainda em construção, vai depender da remoção de três mata-burros aparentemente inarredáveis. O descalabro financeiro do setor público, o fardo dos juros perversos da dívida externa e a tal de inflação inercial de 222% ao ano, os três patinhos na lagoa da perplexidade nacional.

Na exposição do I PND, João Sayad observa que os três obstáculos estão amarrados por dentro e devem ser atacados a um só tempo. Não dá para sanear as finanças do Estado sem a redução (negociada) da dívida externa e sem a restauração do equilíbrio financeiro do setor público. Não dá para desativar o foco autônomo da inflação, o apetite dos juros internos, que devoram os lucros da produção feita com crédito em banco. A taxa de investimento em relação ao PIB, descambou de 32% em 1975, para 16% em 1985. Como colocar o sino no pescoco do gato? Minha proposta: a) reduzindo o déficit público a qualquer custo; B) baixando as taxas de estatização da economia e de governação do setor privado; C) reaparelhando e profissionalizando a administração pública; D) despertando o contribuinte adormecido no consumidor o mais severo dos democratas.